

# REVELAR OU NÃO REVELAR: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DO ABUSO SEXUAL EM MENINOS

---

*Christian Haag Kristensen\**, *Renato Zamora Flores\*\** *William Barbosa Gomes\*\*\**

---

\*Núcleo de Neurociências, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

\*\*Departamento de Genética, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

\*\*\* Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Kristensen, C. H.; Flores, R. Z.; & Gomes, W. B. (2001). **Revelar ou não revelar: Uma abordagem fenomenológica do abuso sexual com crianças**. Em M. A. T. Bruns & A. F. Holanda (Orgs.). *Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: Reflexões e perspectivas (109-142)* São Paulo, SP: Ômega.

[109 essa numeração ao longo do texto refere-se à paginação de original de Bruns & Holanda, 2001] ]

## INTRODUÇÃO

A aplicação do método fenomenológico para o estudo de entrevistas é, por excelência, uma prática comunicativa. Ao estudar a experiência consciente, coloca-se diante de uma realidade que se constitui e se modifica através da comunicação. Lanigan (1988) sugeriu quatro premissas básicas que servem de fundamentação filosófica para uma fenomenologia da comunicação, designada por ele como tratando-se de teoremas. O primeiro teorema indica que a experiência consciente é a unidade de sentido mínima na comunicação. Esse teorema, segundo o autor, deriva da proposição de Edmund Husserl de que subjetividade é intersubjetividade. Em outras palavras, o sentido da existência de uma pessoa ou outra experiência qualquer emerge tanto para si como para os outros (Valle, King & Halling, 1989). Essa idéia está presente no pensamento de Heidegger, principalmente na concepção de ser-no-mundo, onde não é possível falar de um mundo sem homem (Kruger, 1981). O segundo teorema define que a reversibilidade é o sistema de código mínimo para a comunicação. Por reversibilidade entende-se o traço inerente da comunicação que é o câmbio entre expressão e percepção. Esse teorema incorpora as contribuições de autores identificados como a semiótica em suas frentes europeia, inaugurada pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure, e norte-americana, pelos escritos do filósofo Charles Sanders Peirce (Nöth, 1995). O terceiro aponta para a transação como o comportamento mínimo governado por regras exigido para a comunicação. O teorema incorpora as contribuições de Austin (1962), Grice (1967) e Searle (1969), autores identificados com o movimento da linguagem ordinária, sobre os elementos lógicos do discurso e ressalta a natureza [110] analógica do desempenho comunicativo como elemento importante para análise. Por analógica entenda-se as diferentes compressões que pode ser oferecida a uma dada sentença. O quarto e último teorema

refere-se à competência da fala interpessoal como norma social mínima para a comunicação. Esse teorema baseia-se nos trabalhos dos filósofos Apel (1967) e Habermas (1987) concernentes às relações que servem de parâmetro para uma ação comunicativa: fato e valor; individual e coletivo.

Este estudo recorre ao método fenomenológico e a entrevista como subsídios teóricos e metodológicos para a compreensão e encaminhamento de um problema social, psicológico e de saúde pública: abuso sexual. Em particular, o estudo focaliza um impasse comunicativo em meninos que foram abusados sexualmente: revelar ou não revelar o ocorrido. A organização do capítulo é a seguinte: primeiro apresenta-se e discute-se o problema do abuso sexual, segundo descreve-se os critérios metodológicos que orientam a pesquisa e, por fim, apresenta-se e discute-se os resultados na tradição das pesquisas fenomenológicas, isto é, descrição, redução e interpretação.

### **Abuso Sexual**

O abuso sexual vem sendo reconhecido nas últimas décadas como problema social, como problema de saúde pública e como problema psicológico. (Browne & Finkelhor, 1986; Ellis, Piersma & Grayson, 1990; Kristensen & Gomes, 1997; Malchiodi, 1990). As definições de abuso sexual variam de acordo com os comportamentos, situações e circunstâncias que possam ser considerados ou não abusivos (Kalichman, 1993). Abuso sexual pode ser operacionalmente definido como o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes e evolutivamente imaturos em atividades sexuais que eles não compreendem verdadeiramente, para as quais não são capazes de dar seu consentimento informado, e que violam os tabus sexuais dos papéis familiares (Schechter & Roberge, citado em Watkins & Bentovim, 1992a, pp. 197-198). Fundamentalmente, estabelece-se uma relação de poder ou controle entre a vítima e o agressor que, não necessariamente, é uma pessoa adulta (Malchiodi, 1990), podendo haver - ou não - uma diferença significativa de idade. Usualmente estabelecida como cinco anos (Watkins & Bentovim, 1992b), a questão da diferença significativa de idade entre o abusador e a vítima é um aspecto discutível, como demonstram Cantwell (1988) e Johnson (1988) ao estudarem crianças e adolescentes abusadores. É importante que o objetivo da interação seja identificado, mas a busca de gratificação sexual não seria a única finalidade do comportamento do abusador.

[111]

Para dimensionar o fenômeno com maior precisão, é necessário verificar sua ocorrência, tanto em termos de prevalência (percentagem de pessoas em alguma população que experienciaram abuso sexual) como de incidência (números de casos novos de abuso sexual ocorridos ou registrados a cada ano). Um problema inicial é que os dados relativos à prevalência de abuso sexual apresentam grande variabilidade de acordo com a definição utilizada, de forma que uma definição limitada tende a subestimar a ocorrência da vitimação (Kalichman, 1993). Por exemplo, em diversos países o termo estupro - uma frequente modalidade de abuso sexual - não pode ser utilizado para caracterizar meninos sexualmente vitimados com a utilização de força física (King, 1992). Outro aspecto que altera a estatística é a amostra escolhida, pois

amostras provenientes de populações especiais, como crianças de instituições ou pacientes psiquiátricos apresentam taxas de abuso diferenciadas do resto da população (Watkins & Bentovim, 1992a). Ainda outro fator influencia criticamente os dados de prevalência: a metodologia utilizada (Flores, Kristensen, & Salzano, 1998).

Em um estudo analisando dados epidemiológicos de 21 países, Finkelhor (1994) identificou que mulheres sofreram abuso sexual na infância numa variação de frequência entre 7% a 36%, enquanto que para os homens, oscilava entre 3% a 29%. Entretanto, as medidas mais representativas vêm sendo obtidas pela comparação dos dados entre as três versões do *National Incidence Study of Child Abuse and Neglect*, conduzidas nos Estados Unidos em 1979, 1986 e 1993 (Sedlak & Broadhurst, 1996). Resumidamente, estes estudos demonstraram que o número estimado de crianças que sofreram abuso sexual aumentou de 133.600 para 300.200, representando um aumento de 125% entre 1986 e 1993. Em um estudo envolvendo 1.754 registros de casos de maus-tratos em crianças e adolescentes (0-14 anos) no período de um ano (maio/1997 a maio/1998) em 75 instituições da região metropolitana de Porto Alegre, Kristensen, Oliveira e Flores (2000) identificaram que 26,2% da amostra haviam sofrido abuso sexual.

Em relação ao incesto, já foi descrito em Henderson (1975, citado em Goodwin, 1990) como um raro distúrbio com incidência de 1:1.000.000 na população em geral. Goodwin prossegue comentando que este era o mesmo quadro identificado por Sigmund Freud a quase um século atrás, de forma que Freud concluiu que era estatisticamente impossível que todos seus pacientes histéricos fossem realmente vítimas de incesto. Por conseguinte, alguns pacientes deveriam estar descrevendo fantasias relacionadas com o incesto e não propriamente o fato em si. Entretanto, Kirschner, Kirschner e Rappaport (1993) identificaram dados relativos ao incesto apontando um número substancial de mulheres na população (1:5) relatando experiências incestuosas em alguma etapa da sua infância. Finkelhor (1994) observou nos diversos estudos que o abuso intrafamiliar se configurava entre um terço a metade das experiências de vitimação das meninas. [112]

Apesar da maioria dos casos envolverem meninas, a incidência de abuso em meninos também é expressiva (*American Academy of Pediatrics*, 1988). The *Child Abuse Program Annual Report* (1987, citado em Johnson, 1992) indica que de 464 casos de abuso sexual investigados em 1 ano em um hospital infantil, 22% das vítimas eram do sexo masculino. Schetky (1990) observou em revisão de literatura, que a ocorrência do abuso sexual em meninos correspondia a uma frequência de 10%; enquanto que Finkelhor, em estudos anteriores (1979, 1981, 1984, citado em Vander Mey, 1988) estimou um índice para meninos entre 3% a 9% da população. A relação entre abuso em meninos e meninas varia de acordo com a amostra utilizada nos estudos. Watkins e Bentovim (1992a) identificaram nos estudos com amostras colhidas na comunidade que 1 menino é abusado para cada 2 a 4 meninas abusadas, enquanto estudos baseados em amostras clínicas encontraram 1 menino para cada 4 meninas sexualmente abusadas. Os dados de prevalência comparativos de 21 países demonstraram que as meninas, em relação aos meninos, são abusadas em uma razão de 1,5 a 3 vezes (Finkelhor, 1994). Estes resultados são consistentes com o

*National Incidence Study of Child Abuse and Neglect*, que apontou a vitimação sexual ocorrendo numa distribuição de um menino para três meninas abusadas; além disso, este estudo demonstrou que essa proporção se manteve estável entre 1986 e 1993 (Sedlak & Broadhurst, 1996). Na amostra pesquisada em Porto Alegre e municípios vizinhos (Kristensen, Oliveira & Flores, 2000), as meninas apresentaram um risco relativo (odds ratio) em torno de 3,61 para serem sexualmente vitimadas, quando comparadas com os meninos.

Conforme argumentado anteriormente, os dados são profundamente afetados por um grande conjunto de fatores. Considerando especialmente a questão do abuso sexual em meninos, Watkins e Bentovim (1992a) identificaram diversas condições que poderiam levar a uma diminuição na comunicação ou denúncia do abuso. Entre as condições identificadas estão o medo da homossexualidade, respostas emocionais diferenciadas, atribuição da culpa ao menino, dificuldade em perceber indicadores de abuso pertinentes a meninos e negação do abuso, seja ele cometido por mulheres, pelo pai ou por outras crianças. Gonsiorek (1994) salientou a influência do contexto social em dois aspectos: quanto aos papéis sexuais estereotipados - onde a expressão da sexualidade passa a ser uma prerrogativa masculina e quanto à homofobia. O termo homofobia é aqui utilizado como referência a um intenso e irracional medo da homossexualidade, comumente manifesto como preconceito ou mesmo, em situações extremas, como uma reação patológica desproporcional de violência (West, 1992). Outros fatores - ainda que não relacionados especificamente a meninos - poderiam ser acrescentados, tais como a perda da proteção maternal, evitação do grupo de iguais e o conluio com a dinâmica familiar (Schultz, 1990). [113] Este último, também referido por Furniss (1993) como uma síndrome conectadora de segredo e adição, na qual estão inseridos tanto a vítima como o abusador. Ampliando o foco de análise, Fontes (1993a) propôs um modelo ecológico que envolveria diversos níveis de pressões para a criança não revelar o abuso, incluindo características da cultura étnica e da sociedade. A utilização do modelo ecológico identificou que o suporte social é um fator moderador na denúncia de abuso sexual (Kotch e cols., 1995).

### **Abusadores sexuais**

É importante referir-se, também, ao abusador, especialmente quando este é do mesmo sexo que o menino. Quanto ao abuso sexual do tipo incestuoso, duas situações são relevantes: quando o abusador é o pai ou padrasto, e quando é o irmão. No abuso extrafamiliar, deve-se distinguir quando o abusador é adulto, adolescente ou criança.

Watkins e Bentovim (1992a) identificaram diversas pesquisas sustentando que o abuso intrafamiliar em meninos é mais frequentemente cometido por pais do que por padrastos. Em uma amostra com 189 meninos abusados (abuso extra e intrafamiliar), Reinhart (1987) verificou que 25% dos meninos foram abusados pelo pai, enquanto que em 13% dos casos, o perpetrador era o padrasto ou o companheiro da mãe.

Num estudo realizado em Porto Alegre por Flores e cols. (1992), identificou-se que o abusador é o pai da vítima em 50% dos casos de abuso intrafamiliar, enquanto

que o padrasto seria responsável por 25% dos abusos. Estes dados encontram-se próximos aos achados de uma pesquisa realizada em São Paulo sobre o incesto (Cohen, 1993b), onde o abusador era o pai em 41,6% dos casos, seguido pelo padrasto (20,6%), tio (13,8%), primo (10,9%) e irmão (3,7%). Estes dados não se referem especificamente à vitimação de meninos, mas confirmam a tendência de outras pesquisas citadas acima. Ao revisarem nove estudos empíricos, Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) identificaram sete pesquisas que sustentam um aumento na sintomatologia da criança quando esta possui uma relação próxima com o abusador, como na situação do abuso intrafamiliar (o que também foi confirmado por Sedlak e Broadhurst, 1996).

Alguns autores concordam que a frequência deste tipo de abuso tem sido subestimada. Kirschner e cols. (1993) referem-se também ao fato desses casos serem tão pouco relatados e denunciados, como a consequência de rotular o abusado como homossexual e a falha do clínico ao não considerar a possibilidade deste tipo de abuso. [114] Também Watkins e Bentovim (1992b) encontraram evidências em alguns estudos que procuram explicar esta negação em termos de dois códigos morais: um contra o incesto e outro contra a homossexualidade.

Outra modalidade de abuso sexual intrafamiliar, ainda mais delicada quanto à avaliação, é o abuso entre irmãos. Além das dificuldades levantadas anteriormente, as fronteiras entre o que seja uma brincadeira ou um jogo exploratório sexual normal entre crianças e o que seja uma atividade abusiva são imprecisas (Cantwell, 1988; Johnson, 1988; Kirschner e cols., 1993). Atividades como despir-se mutuamente e olhar a genitália de outra criança, de acordo com Cantwell (1988), estariam dentro de um limite de normalidade, enquanto o contato oral-genital ou a penetração anal ou vaginal com dedos e objetos seriam comportamentos inadequados. Quanto à masturbação, Kirschner e cols. (1993) sugerem uma diferenciação entre a masturbação em pares e grupos ou com um irmão da mesma faixa etária da masturbação entre irmãos com idades significativamente diferentes. Neste último caso, a participação do mais jovem nem sempre é voluntária, podendo haver o uso de ameaças ou mesmo violência física, caracterizando uma situação de abuso sexual incestuoso.

Num estudo de Finkelhor (1979, citado em Kirschner e cols., 1993), 13% da amostra relatava experiências sexuais envolvendo irmãos, sendo que 74% destas experiências eram entre irmãos de sexo oposto e 26% entre irmãos do mesmo sexo. Os resultados de um outro estudo, realizado com 47 meninos com idades entre 4 a 13 anos que abusaram sexualmente de outras crianças, mostram uma incidência maior de abuso entre irmãos. Neste estudo, Johnson (1988) constata que a incidência de abuso envolvendo irmãos é de 46%, sendo que em 11 casos o abuso se dava entre um irmão e uma irmã, e 12 casos eram de abuso entre dois irmãos do sexo masculino. A média de diferença de idade entre o abusador e a vítima variava entre os grupos: no caso de irmão-irmã a diferença média era de 4,5 anos; no caso de irmão-irmão, 3 anos.

A questão da diferença de idade entre irmãos é um aspecto importante na compreensão de duas dinâmicas distintas. De acordo com Furniss (1993), quando há

uma diferença etária significativa entre os irmãos, é possível supor que o mais velho esteja numa posição de autoridade quase parental enquanto a vítima encontra-se numa situação de imaturidade e dependência. Ao contrário, o abuso sexual por irmãos com idades próximas é uma expressão da "síndrome de João e Maria". Nestas situações pode ser inadequado utilizar a denominação de abusador e vítima, já que não existe dependência estrutural ou relação de autoridade. O que ocorre, portanto, é uma equiparação entre relacionamento emocional e relacionamento sexual, no qual as crianças tentam suprir-se mutuamente através da excitação sexual como substituta ao carinho. [115]

Um outro aspecto pouco relatado na dinâmica do abuso intrafamiliar refere-se à situação na qual o abusador é a mãe ou a mãe adotiva. Russel (1986, citada por Schetky, 1990) encontrou que mulheres abusadoras eram responsáveis apenas por 5% dos casos de incesto e por 4% dos casos de abuso extrafamiliar. Especificamente ao abuso de meninos, valores semelhantes foram encontrados, visto que as mulheres eram responsáveis por 4% das situações de vitimação (Reinhart, 1987). Entretanto, outras pesquisas levam a concluir que grande parte dos abusos cometidos por mães ou mulheres não é, em geral, denunciada, portanto tende a ser subestimada em sua ocorrência (King, 1992). Watkins e Bentovim (1992a) identificaram, em alguns estudos, dados referentes ao abuso cometido por mulheres. Num desses estudos, 28% dos homens foram abusados por mulheres. Em outro estudo realizado com mães abusadoras, identificou-se que em 43% dos casos o incesto dava-se entre a mãe e o filho do sexo masculino.

O *National Incidence Study of Child Abuse and Neglect* identificou que a categoria de abuso sexual é aquela que *apresenta* uma maior prevalência de abusadores masculinos entre todas as outras formas de abuso: enquanto 89% das crianças foram abusadas por homens, 12% foram sexualmente abusadas por mulheres (Sedlak & Broadhurst, 1996). Estes dados são válidos tanto para abuso sexual extrafamiliar como para abuso intrafamiliar. Considerando-se a ampla categoria de maus-tratos perpetrados por pais naturais, este mesmo estudo demonstrou que 75% das crianças foram maltratadas por suas mães, enquanto que em 46% dos casos foram os pais os perpetradores (algumas crianças foram maltratadas por ambos).

Finkelhor (1984, citado em Vander Mey, 1988), ao comparar mães abusadoras com pais abusadores, relatou que as mães são em geral mais pobres e combinam mais frequentemente o abuso físico e sexual do que os pais. Estudos mais recentes (Rudin, Zalewski & Bodmer-Turner, 1995) compararam características das vítimas de acordo com o gênero do abusador, demonstrando que não há diferença quanto à severidade, embora mulheres (comparadas com homens) abusem de crianças mais jovens e estejam em uma relação de maior proximidade das vítimas. Na amostra de mulheres abusadoras, as mães (19,5%) corresponderam à categoria mais expressiva.

Em sistemas familiares nos quais ocorre o incesto, é possível identificar, brevemente, características dinâmicas que dificultam a revelação do abuso e por conseguinte, diminuem o registro dos casos. Uma dessas características [116] refere-se à inversão na hierarquia familiar entre pais e filhos (Furniss, 1993), criando situações de extrema confusão para as crianças (Sattler, 1992). Um outro dado é o

segredo familiar, que se une à confusão sistêmica de hierarquias (Furniss, 1993). As ameaças que a criança sofre contribuem para a manutenção do segredo, mas este envolve todos os membros da família numa espécie de conluio. Os segredos mais cuidadosamente escondidos são justamente estes relacionados com o incesto (Pincus & Dare, 1981).

Ao abordar a situação de abuso sexual fora do sistema familiar é necessário fazer uma distinção quanto à idade do abusador. Como já foram discutidos anteriormente aspectos referentes à incidência na população, abordam-se a seguir alguns dados de especial interesse em situações nas quais o abusador é uma criança ou adolescente.

Quando o abuso sexual é cometido por adolescentes, há uma forte tendência a considerá-lo como um ato insignificante de experimentação sexual (Davis & Leitenberg, 1987). Entretanto, quando se observa que, nos Estados Unidos, 20% dos estupros e 56% dos casos relatados de abuso de crianças são cometidos por pessoas com menos de 18 anos (Brown, Flanagan & McLeod, citado em Katz, 1990), faz-se necessário redimensionar a idéia do que seja experimentação sexual. Em aproximadamente dois terços dos abusos cometidos por adolescentes as vítimas são crianças mais jovens e na maioria dos casos são parentes ou pessoas conhecidas dos abusadores (Davis & Leitenberg, 1987). Outro dado interessante refere-se à proporção entre meninos e meninas abusados por adolescentes. Reinhart (1987) identificou em sua amostra que os meninos são duas vezes mais abusados por adolescentes do que as meninas. Além disso, à medida que diminui a idade das vítimas, a proporção de meninos abusados tende a crescer (Watkins & Bentovin, 1992a; Davis & Leitenberg, 1987).

Browne e Finkelhor (1986) identificaram que a diferença de idade entre o abusador e a vítima é uma variável que influencia o impacto do abuso. Concluíram que as vítimas se sentiam mais traumatizadas à medida que a diferença de idade aumentava. Furniss (1993) chamou atenção para o dado de que freqüentemente adolescentes abusadores sofreram, eles próprios, abuso sexual, entretanto este processo de vítima a abusador será discutido com maiores detalhes posteriormente. Quando comparados adolescentes abusadores com dois outros grupos - adolescentes normais e adolescentes delinquentes com problemas de conduta, mas que não eram abusadores sexuais, alguns dados interessantes foram observados. Por exemplo, adolescentes abusadores apresentaram maior probabilidade do que adolescentes delinquentes em perceberem a si mesmos como socialmente inadequados e sentirem-se ameaçados nas interações heterossexuais (Katz, 1990). Este estudo sugeriu que habilidades sociais comprometidas e isolamento social são fatores predisponentes na adolescência para o abuso sexual de crianças. [117]

Outro aspecto relevante refere-se ao interesse sexual por crianças, investigado em uma amostra de estudantes universitários. Briere e Runtz (1989) encontraram, em uma amostra com 193 estudantes do sexo masculino, um índice de 21% que admitiram alguma atração sexual em relação a crianças, 9% que relataram fantasias envolvendo sexo com crianças e 7% que indicaram ao menos alguma probabilidade de fazer sexo com uma criança se isto não resultasse em prisão ou punição.

Mais recentemente, outra situação que tem sido foco de atenção é o abuso sexual cometido por crianças (Johnson, 1988). Crianças abusadoras apresentaram grande probabilidade de terem sido elas mesmas sexualmente vitimadas (Cantwell, 1988; Ellis, Piersma & Grayson, 1990; Johnson, 1988; Kirschner e cols., 1993; Schetky, 1990; Vander Mey, 1988). Entretanto, uma vez que comumente os pais do menino negam o comportamento do seu filho, colocando a culpa na vítima (Cantwell, 1988), a identificação desses casos torna-se difícil. Muitas vezes é a própria criança que não assume o seu comportamento. Johnson (1988) identificou no seu estudo que o grupo de pré-adolescentes apresentou maior probabilidade de negar o abuso do que os grupos de meninos mais jovens. Meninos abusadores tenderam a abusar mais frequentemente de irmãos de ambos os sexos (46%) e membros da família (18%) do que de outras crianças (Johnson, 1988).

### **Objetivo da pesquisa**

Como já foi mencionado, o abuso sexual na infância é um relevante problema de saúde pública, atingindo um grande número de crianças e afetando o desenvolvimento psicológico das vítimas. Embora menos estudado do que a vitimação de meninas, o impacto dessa experiência em meninos é bastante significativo, tanto no abuso extrafamiliar, quanto nas situações de incesto. Estudos recentes indicam que a teoria e o tratamento na área do abuso sexual permanecem desintegrados e formulados em conceptualizações simplistas (Gonsiorek, 1994). A proposição deste autor é de que esforços deveriam ser empreendidos para compreender como a experiência afeta as vítimas que caminhos resultam para que certos indivíduos abusem e como todos envolvidos podem experienciar soluções significativas para seus problemas e sofrimentos (Gonsiorek, 1994, p. 4). Ademais, frente à homogeneidade de pesquisas quantitativas, a utilização de metodologias qualitativas foi recomendada como uma alternativa, devido à sua possibilidade de descrição de um fenômeno pouco compreendido como o abuso sexual (Gilgun, 1991). [118] Assim, o objetivo deste estudo é estabelecer um diálogo com menino que foram abusados sexualmente e abrir canais comunicativos para que eles expressem a percepção da experiência. A expectativa dos autores é que ao falar sobre a experiência os meninos abusados falem de sua reflexividade (consciência da experiência) sobre a situação, o corpo, o presente e as perspectivas futuras. Do mesmo modo, os autores esperam que a fala sobre o abuso seja também uma reflexividade assistida, portanto, menos dolorosa, proporcionando possibilidades de uma reavaliação e um reposicionamento sobre a experiência em questão.

### **MÉTODO**

A perspectiva utilizada neste estudo é a conjunção entre a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty (1945/1994) e os recursos semióticos de teóricos como Saussure (1916/1969) e Barthes (1971). Em termos operacionais, orienta-se nos trabalhos de Amedeo Giorgi (1975, 1985) e Richard L. Lanigan (1988, 1992, 1994). O delineamento proposto visa, através de uma descrição de experiências, comportamentos ou interações, alcançar o sentido vivenciado. Busca na



fenomenologia tanto o conceito de suspensão de preconceitos apriorísticos - colocar entre parênteses as crenças do pesquisador - quanto o conceito de sistemática dialógica que está presente em cada etapa da investigação (Gomes, 1987). Utiliza-se ainda das três reflexões fenomenológicas propostas por Merleau-Ponty (descrição, redução e interpretação) ao longo do processo de análise dos dados (Gomes, 1984). Busca, na semiótica, recursos para identificar unidades de significado através de recortes no relato ou narrativa da experiência vivenciada (Gomes, 1987). Utiliza-se então dos recursos da fenomenologia e da semiótica (comunicologia) para fundamentar seu conjunto de técnicas analíticas. Estes procedimentos de análise, conforme proposto por Lanigan (1994), organizam-se então como: a) considerações existenciais entre capta e data (focaliza-se na descrição o fenômeno como um sistema de signos); b) considerações semióticas entre capta e data (focalizam-se na redução os significantes no sistema de signos); c) considerações hermenêuticas entre capta e data (focalizam-se na interpretação os significados no sistema de signos).

### **Participantes**

Os participantes deste estudo constituíram-se de seis meninos entre 7 e 13 anos, classe social média baixa, vítimas de abuso sexual. Considerando questões éticas levantadas a partir das particularidades deste estudo, faz-se necessário explicitar o contexto no qual os sujeitos foram alocados. Os meninos foram identificados a partir de duas situações distintas: uma Escola Municipal de Primeiro Grau e um Conselho Tutelar. Nestes dois locais estavam sendo [119] desenvolvidos na época tanto um projeto de extensão da UFRGS "Abusos físicos e sexuais com crianças e adolescentes: Duas experiências comunitárias" quanto um projeto de pesquisa "Análise biocultural e estabelecimento de uma metodologia de prevenção e manejo de abusos físicos e sexuais para população de baixa renda" - UFRGS-94/96. Os projetos envolveram uma equipe multidisciplinar e incluíam, enquanto proposta específica dentro da área da psicologia, a identificação, avaliação e tratamento dos casos de abuso físico e sexual. A escolha dos participantes foi intencional, isto é, constou de meninos que fossem capazes de funcionar como informantes, fornecendo descrições ricas da experiência que está sendo investigada (Polkinghorne, 1989). Isto significa dizer que apesar do aspecto básico comum a todos - vitimação sexual, buscou-se meninos que no relato da sua experiência ofereceram descrições sobre as particularidades de cada situação. A intencionalidade da amostra na busca de variações reflete a lógica da pesquisa fenomenológica, que se articula sobre a tensão entre universalidades e singularidades.

### **A entrevista**

Os sujeitos foram entrevistados a partir de um roteiro tópico tendo em vista a constituição de uma descrição fenomenológica da experiência de ter sido sexualmente abusado (Kristensen, 1996). Este roteiro foi uma opção de inquérito contextualizada a partir da revisão de literatura - os fatores propostos por Watkins e Bentovim (1992a) e o modelo multidimensional de avaliação proposto por Heiman (1992), e do conhecimento de campo do pesquisador. As entrevistas, apesar de seguirem um

roteiro prévio, possibilitaram espaço para o surgimento de novos fatores que não aqueles inicialmente previstos. A entrevista demandou um envolvimento interpessoal no qual os sujeitos foram encorajados para dividir com o pesquisador (CHK) os detalhes da sua experiência (Polkinghorne, 1989). O pesquisador assumiu o papel de um ouvinte ativo, permitindo que os sujeitos falassem livremente sobre seus sentimentos e pensamentos (Ablamowicz, 1992; Castor-Lewis, 1988). No processo comunicativo da entrevista, o pesquisador conferiu constantemente sua percepção com o próprio sujeito sobre o sentido atribuído à experiência vivenciada por ele. Observou-se, na estrutura da entrevista, os quatro teoremas propostos por Lanigan (1988) utilizados na fundamentação metodológica: circularidade entre expressão e percepção e experiência consciente como unidade de sentido mínima na comunicação, desempenho transitivo do interlocutor e os conflitos decorrentes da tensão relacional entre fato e valor, e individual e coletivo.

Além das entrevistas com os meninos, outras fontes de informações foram colhidas, envolvendo entrevistas com pais, irmãos, professores ou outras pessoas significativas para o menino, sempre que possível e/ou necessário. Desde [120] uma perspectiva fenomenológica, essas outras fontes de informações ajudaram a reconstituir o contexto no qual ocorreu a experiência do abuso, bem como forneceram diferentes percepções sobre o impacto do abuso no desenvolvimento do menino. Desta forma, redefiniu-se o alcance do estudo, pois além do relato dos sujeitos, obteve-se a composição de casos baseada em entrevistas com familiares, professores, responsáveis e outras fontes de informação (Tabela 1).

*Tabela 1:* Composição dos casos

<b>Casos</b>	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
<b>Entrevistas</b>						
Entrevistas Individuais	11	5	5	3	8	6
Entrevistas c/ Familiares	5	2	1	2	7	2
Entrevistas c/ Professores	-	1	-	-	-	-
Entrevistas c/ Monitores ou Responsáveis	-	-	-	-	-	6
Outros dados	Prontuário	Internação Visita domiciliar	Prontuário	Prontuário	Prontuário	Prontuário

Estas entrevistas adicionais tornaram-se mais importantes à medida que a faixa etária dos meninos diminuiu, tendo em vista que meninos muito jovens - pelo próprio processo de desenvolvimento - apresentaram dificuldades para lembrar e descrever eventos passados ou perceber mudanças que pudessem estar ocorrendo. Considerando-se a dificuldade temática das entrevistas, foram utilizados desenhos como recursos facilitadores para estimular a verbalização de determinados conteúdos. A utilização de desenhos foi especialmente útil na entrevista com crianças que

apresentaram dificuldade de verbalização - por característica da própria faixa etária ou pelo efeito da vitimação (Flores & Caminha, 1994). As entrevistas foram gravadas em fita cassete, mediante a autorização dos sujeitos e dos pais ou responsáveis. Após a gravação, as entrevistas foram transcritas, gerando um texto do relato dos meninos e do contexto do abuso sexual. [121]

Note-se que as entrevistas utilizadas na pesquisa estão inseridas dentro de um contexto clínico e legal, que envolve tanto o atendimento psicoterápico individual e familiar quanto decisões sobre a denúncia e medidas de proteção à criança e ao adolescente. Dessa forma, as entrevistas iniciais servem como parte da avaliação dos casos dentro do Conselho, enquanto que na Escola fundamentam os procedimentos realizados dentro da própria estrutura dos projetos de extensão e de pesquisa. Considerando a experiência vivenciada pelos sujeitos e os objetivos da pesquisa, algumas das questões que surgiram na relação entre o pesquisador e os meninos foram foco de maior atenção. Sobre esta relação, Castor-Lewis (1988, p. 80) expressa que "devemos estar conscientes que a situação de pesquisa é um outro palco no qual o drama (do abuso) pode ser atuado." Com esta consideração em mente, o pesquisador procurou estar atento a temas como a confidencialidade, os limites do menino na exploração de situações traumáticas e a flexibilidade do roteiro de entrevistas.

### **Crítérios para análise**

Os procedimentos de análise organizaram-se na seguinte sequência: a) identificação e especificação dos temas abordados nos relatos em unidades de sentido; b) agrupamento dos temas em grandes unidades analíticas constituídas por critérios de convergência ou divergência; (c) descrição dos captos emergentes, oferecendo uma interpretação baseada nas articulações entre temas unitários e temas gerais (Gomes, 1989). Desta forma, a descrição constituiu-se dos relatos transcritos de pais, professores e dos próprios meninos sexualmente vitimados. Inicialmente, realizou-se a leitura completa do relato das entrevistas de cada caso, identificando-se as unidades de sentido e realizando os recortes no relato. Determinam-se as tipologias nativas, isto é, o uso de descritores literais extraídos do próprio relato (redução). As unidades de sentido foram então codificadas para uso posterior do software Ethnograph 3.0 (Seidel, Kjolseth, & Seymour, 1988). Na codificação - ou seja, na escolha do nome que se refere à determinada unidade de sentido - já ocorreu a sequência das três reflexões descritas pela fenomenologia existencial, podendo-se afirmar que a criação dos códigos é uma passagem de tipologias nativas para tipologias analíticas (interpretação). O agrupamento das unidades com os mesmos códigos foi processado pelo Ethnograph 3.0. Procedeu-se, então, nova transformação: os códigos (descrição) foram reduzidos (especificados) preservando-se sua tipologia "nativa" mais renomeados pelos pesquisadores como tipologias analíticas. Estas tipologias analíticas, que desempenharam a função de aglutinar sentidos convergentes definiram os temas gerais de análise. [122]

## RESULTADOS

As tipologias analíticas foram as seguintes: contexto do abuso, contexto da revelação, contexto de reações, contexto individual, contexto familiar e contexto da entrevista. Por sua vez, cada contexto é constituído de tipologias que especificam e contrastam suas peculiaridades. Neste capítulo nos ocuparemos apenas do contexto da revelação. Os resultados serão apresentados através dos três passos ou reflexões fenomenológicas. A descrição apresentada é um texto produzido a partir das diferentes perspectivas que constituíram cada caso: entrevistas realizadas com os meninos, familiares, professores ou ainda outras pessoas capazes de fornecer dados relevantes. Para fins metodológicos, o menino do Caso 1 passa a ser denominado de S1, Caso 2, S2 e assim sucessivamente. Como referência geral, utiliza-se a seguinte legenda: M (mãe ou madrastra); P (pai ou padrasto); I (irmãos; I1.1, I2.1, referindo-se ao primeiro e ao segundo irmãos de S1); T (tios e tias); VM (avô); VF (avó). As verbalizações estão destacadas entre parênteses, identificando quem falou e numerando as linhas referentes ao trecho destacado na entrevista transcrita, facilitando assim a sua localização. Por exemplo, a verbalização [S4: "Ele tá trazendo um saco de brinquedo." (1219-1220)] indica que o conteúdo verbalizado por S4 encontra-se nas linhas 1219 e 1220 das entrevistas transcritas que constituem o Caso 4.

### Descrição fenomenológica

A descrição fenomenológica organizou-se em torno da seguinte pergunta: O que constituiu o contexto de revelação do abuso? Na tentativa de responder a essa pergunta, buscou-se nas articulações entre os discursos (relatos transcritos) dos meninos e seus familiares a estruturação de um contexto compreensivo. Tanto a perspectiva dos meninos quanto a de seus familiares foram relevantes para reconstruir a dialética presente entre segredo e revelação.

A revelação não foi uma escolha do menino sexualmente vitimado. Essa afirmação inicial sustenta-se na constatação de que foram os familiares dos meninos que tomaram conhecimento, através de outras pessoas como vizinhos e parentes, ou então observaram sinais que indicavam alguma anormalidade. Sinais mais evidentes (sangramento anal) logo foram associados à provável situação abusiva e desencadearam a conversa que resultou na revelação (como no Caso 1). Sinais menos evidentes tais como dores no corpo, criança apresentando-se quieta e assustada (S4) levantaram suspeitas, mas ou eram posteriormente desconsideradas (S2) ou necessitaram de mais observações até que fosse descoberto o abuso. [123]

Após a descoberta ou confirmação das suspeitas, os familiares procuraram abordar junto aos meninos o que havia ocorrido. Frente a esta abordagem, os meninos reagiram de diferentes formas, tais como falar diretamente com a mãe (S2) ou apresentar maior resistência ao falar sobre o abuso (S1, S4 e S5). Em algumas situações, a revelação do abuso ficou restrita à parte da família (Caso 5), pois existia medo da reação dos irmãos. A interação entre revelação e segredo apresentou diferentes níveis. Na perspectiva dos familiares existia a percepção de que algo estava errado, mas o filho insistia em não contar, como descreve P2:

Caso 2: *"Eu já sabia que alguma coisa tava acontecendo com ele, só que eu não sabia o que era, eu perguntava pra ele e ele não me contava. Eu também notava às vezes... Uma vez ele chegou todo assim, o corpo dolorido, sei lá, não podia nem se mexer nas costas. Eu perguntei para ele o que ele tinha e ele: Nada pai, me machuquei correndo e tal."* (159-169)

Além disso, na interação entre familiares e meninos, existia o medo de apanhar do próprio pai. Por exemplo, S3 inicialmente não contou pois "pensava que era uma brincadeira." Quando percebeu o que estava acontecendo, pensou em contar para uma tia e não revelar para seu pai, pois tinha medo de apanhar e medo do "que eles iam falar, por que não contou antes." Outro aspecto relevante que impedia a revelação refere-se a considerar as consequências que a descoberta da vitimação, por parte dos pais, poderia trazer. Conforme nos descreve S1:

Caso 1: *"Eu não contei porque eu sabia que ia dar um bolo, daí ela não queria que eu fosse mais a aula, mas eu não queria ficar sem ir à aula."* (936-939)

Observe-se que, neste caso, sua avaliação foi bastante acurada, pois M1 proibiu-lhe de continuar indo à escola. Além de consequências como a restrição, existiram outras como o medo de ser desvalorizado. Temor tão grande que conseguiu impedir que se manifestasse até mesmo um sofrimento tão intenso quanto este que S2 nos conta:

Caso 2: *"Eu procurava disfarçar o máximo que eu pudesse, porque eu tinha, sei lá, medo de que as pessoas me desprezassem, não gostassem de mim, aí eu procurava disfarçar, tratava ele bem, disfarçava... Mas às vezes eu acordava de madrugada, começava a chorar e os meus irmãos acordavam às vezes e perguntavam por que eu tava chorando e era difícil dar uma desculpa para eles que eles sempre desconfiavam."* (2198-2209)

[124]

Assim como no caso anterior, novamente a avaliação do menino estava correta: S2 passou a ser rechaçado e a ser alvo de gozações dentro da sua própria casa.

Além do medo à reação dos pais e a reação de outras pessoas, outro fator contribuiu para a manutenção do segredo: o medo da reação do abusador. No Caso 1, o menino ficou com tanto medo de que o abusador permanecesse ao redor da escola após ter cometido o abuso que retornou para a sala de aula e permaneceu em silêncio apesar da dor física. Silêncio este que, vale lembrar, se prolongou por um mês. Identificou-se no relato dos meninos que ameaças de pelo menos dois tipos foram utilizadas para acobertar o abuso. A ameaça mais óbvia foi a de agressão física, do tipo descrito por S1: "Tu não fala nada pra ninguém senão eu vou te quebrar." Entretanto outro tipo de ameaça também era feita: a ameaça da revelação, de mecanismo mais sutil e eficaz.

Caso 2: *"Se eu não fosse, no outro dia ele dizia que ia contar para o pai, para a mãe e ia dizer que era eu que gostava de fazer isso, não sei o que... e eu tinha medo e vergonha de que acontecesse isso."* (2150-2156)

Caso 5: I1.5: *"Ai eu disse pra ele: Tá, mas tu gostou? O que foi que voltou a sair com ele de novo, que voltou a procurar ele, de aceitar sair com ele de novo? Ai ele (S5) disse que não: Que se eu não fosse ele ia procurar a mãe e dizer que eu é que tinha ido atrás dele."* (3840-3847)

Frente ao descobrimento do abuso, as reações que os pais ou responsáveis adotaram, apesar de variadas, mantiveram uma estrutura. O sentimento inicial foi de pânico (M1: "Aí me apavorei."), seguido de tristeza e choro (P2: "Começou a chorar (M2) e eu chorei com ela."). Medidas protetoras foram tomadas em alguns casos, como o imediato afastamento do abusador de dentro da casa (Caso 4) ou do convívio familiar (Caso 3). Entretanto, manifestaram-se posições divididas dentro da família entre afastar o abusador ou responsabilizar o menino, expressas no relato de P2:

Caso 2: *"(...) Uns falavam assim: Se é que é verdade, ele (abusador) tem que pagar pelo erro. E outros já falavam: Mas quem sabe se não foi o menino que quis..."* (563-568)

Em algumas situações (Casos 4 e 5), procurou-se conversar uma única vez sobre o episódio, optando-se posteriormente por não mais abordar o assunto. Em uma perspectiva oposta, o menino passava por uma espécie de interrogatório no qual ocorria "pergunta em cima de pergunta" (M1), ou o envolvimento de todos os familiares no processo. [125] Episódios com ameaças de agressão verbal (M2: "aí chegou uma hora que eu disse: se tu não falar eu vou te xingar") e agressão física (Caso 4) também estiveram presentes. A revelação envolveu ainda levar o menino para confrontar o abusador (Caso 5) e ameaças de matar o agressor (Caso 1).

### **Redução fenomenológica**

A redução do contexto de revelação desenvolveu-se sobre as considerações semióticas entre *capta* e *data* (Lanigan, 1994). A descrição indicou que a revelação, em um primeiro momento, não foi uma escolha dos meninos. Recente artigo revisando estudos epidemiológicos em 21 países, apontou que "somente metade das vítimas revelaram suas experiências para alguém" (Finkelhor, 1994, p. 411). O referido estudo trazia dados mistos sobre meninos e meninas sexualmente abusados. A literatura revisada na introdução informou que o processo de revelação do abuso para meninos apresentou um quadro mais complexo, pois envolvia questões como o medo da homossexualidade, respostas emocionais diferenciadas, atribuição da culpa ao menino, dificuldade em perceber indicadores de abuso pertinentes a meninos e negação do abuso, seja ele cometido por mulheres, pelo pai ou por outras crianças (Watkins & Bentovim, 1992a). Estudos recentes (Briggs & Hawkins, 1996) indicaram

ainda outras características que dificultam a revelação do abuso: a) os meninos culpam a si mesmo pelo que aconteceu; b) sentem medo da estigmatização; c) condicionam-se ao papel sexual de abusador; d) tendem a apresentar uma definição de abuso "que não inclui o que aconteceu com eles".

A descrição revelou um texto (sistema de signos) que através de recortes e comutações (Barthes, 1971) no procedimento redutivo apontou para uma estrutura significativa. A estrutura do contexto da revelação é o dilema experienciado pelos meninos e familiares entre os significantes revelar e não revelar o abuso sexual. O dilema revelar/não revelar era experienciado inicialmente pelos meninos, que avaliavam as possíveis consequências da revelação: medo de apanhar (S3); "sabia que ia dar bolo" (S1); "medo de que eles me desprezassem" (S2); medo da reação do abusador, que poderia ser agressão física, ou "dizer que eu é que tinha ido atrás" (S5). Também os familiares experienciaram o mesmo dilema, pois a revelação ou era restrita à parte da família (Caso 5) ou envolvia todos os familiares (Caso 1); ou procurava-se conversar uma única vez (Casos 4 e 5) ou realizava-se interrogatório com "pergunta em cima de pergunta" (M1). [125]

A redução aos significantes indicou dois processos de significação paradoxais entre o contexto do abuso e o contexto da revelação. O primeiro paradoxo é que o dilema experienciado entre revelar e não revelar a situação de abuso trouxe como consequência para o menino a perspectiva de novos abusos, como a ameaça de agressão verbal (M1: "se tu não contar eu vou te xingar") e agressão física (Caso 4). O segundo paradoxo é que o abuso era mantido - não sendo portanto revelado - sob a ameaça da revelação (S2: "se eu não fosse, no outro dia ele dizia que ia contar").

O dilema experienciado pelos meninos e familiares, enquanto presença no sistema de signos, apontou para o dilema experienciado por professores e outros profissionais (médicos, psicólogos, assistentes sociais ou pessoas que trabalhem na atenção à criança), na condição semiótica de ausência no sistema de signos. Assim como os pais e meninos, também outras pessoas envolvidas no contexto do abuso vivenciam a mesma estrutura experiencial entre revelar/não revelar o abuso sob a forma de denunciar ou não denunciar a vitimação observada. Embora ausente do contexto descrito no presente estudo, o dilema experienciado pelos profissionais manifestou-se como presença na literatura (para uma melhor discussão do tema, recomenda-se os trabalhos de Davey & Hill, 1995; Kalichman, 1993; Reiniger, Robison, & McHugh, 1995).

### **Interpretação fenomenológica**

O procedimento interpretativo ocorreu sobre as considerações hermenêuticas entre *capta* e *data* (Lanigan, 1994), focalizando-se o significado. A redução indicou que os significantes, no sistema de signos (contexto da revelação), são expressos pelo dilema revelar/ não revelar. Indicou ainda que situações paradoxais ocorreram dentro desta mesma estrutura. Finalmente, a redução apontou, em contraste com a presença dos meninos e familiares, a ausência de outros que também experienciam o mesmo dilema.

Se a interpretação do contexto anterior enfocou as possibilidades reversivas do significado em relação ao significante na produção do signo, a interpretação do contexto atual enfocou as possibilidades reversivas entre percepção e expressão. Como visto anteriormente, Lanigan (1988) propôs que reversibilidade, enquanto sistema de código mínimo para a comunicação, relaciona-se às possibilidades de câmbio entre percepção e expressão. As possibilidades reversivas envolvem o processo de comunicação que é intrapessoal (sentido pessoal; relação consigo mesmo) e interpessoal (sentido compartilhado; relação com o outro). Na fenomenologia de Merleau-Ponty, ao sujeito corporificado é possível a comunicação intersubjetiva pois "vive a separação e união simultânea de percepção e expressão em si mesmo e com os outros" (Lanigan, 1988, p. 47). [127] Portanto, o sentido (signo) manifesta-se na relação de percepção (significado) e expressão (significante) do ato comunicativo (significação) que o sujeito estabelece com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

Os significados indicados pela interpretação relacionaram-se ao dilema revelar/não revelar experienciado pelos meninos e familiares. Na perspectiva dos meninos, os significados expressaram-se entre "eu não contei" (S1) e "daí ele (S2) se abriu, ele contou" (P2). Para os familiares, os significados expressaram-se entre "a gente não tocou mais no assunto" (I1.5) e "ficamos conversando (...) cada qual perguntava mais" (M1).

Para compreender o sentido é necessário dimensionar o processo de significação em termos da percepção e expressão. Para os meninos e familiares, revelar ou não revelar o abuso para outra pessoa (expressão) relacionava-se com a avaliação (percepção) das consequências da revelação. Os relatos (sistema de signos) descritos abaixo exemplificam a interação entre percepção e expressão na relação consigo mesmo e com os outros.

Caso 1: S1: "Eu não contei (expressão) porque eu sabia que ia dar um bolo (percepção), daí ela não queria que eu fosse mais a aula (dimensão comunicativa interpessoal), mas eu não queria ficar sem ir a aula (dimensão comunicativa intrapessoal)." (936-939)

Caso 2: S2: "Eu procurava disfarçar o máximo que eu pudesse (expressão mediada pela percepção de si mesmo), porque eu tinha, sei lá, medo de que as pessoas me desprezassem (percepção mediada pela expressão dos outros), não gostassem de mim, aí eu procurava disfarçar, tratava ele bem, disfarçava... Mas às vezes eu acordava de madrugada, começava a chorar (dimensão comunicativa intrapessoal) e os meus irmãos acordavam às vezes e perguntavam por que eu tava chorando e era difícil dar uma desculpa para eles que eles sempre desconfiavam" (dimensão comunicativa interpessoal).(2198-2209)

Após a demonstração do ato comunicativo da revelação (significação), desvela-se o seu sentido (signo). A interpretação indicou que o contexto da revelação é



experienciado pelos meninos, no seu encontro com o mundo, nas relações comunicativas que estabelecem consigo mesmo (intrapessoais) e com os outros (interpessoais) na forma de possibilidades expressivas e perceptivas: revelar ou não revelar o abuso. [128]

### **Discussão**

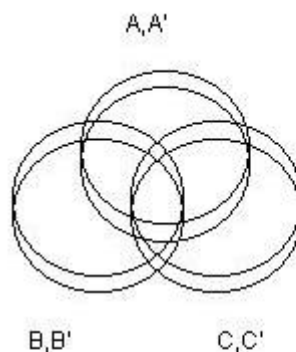
A estrutura do presente estudo corresponde ao próprio procedimento reflexivo da fenomenologia. As considerações teóricas iniciais, baseadas na revisão da literatura, são uma prerreflexão. A descrição, redução e interpretação dos resultados obtidos a partir das articulações sintático-analíticas entre o relato dos meninos, a teoria de abuso e a comunicologia são em verdade uma tomada de consciência da experiência do abuso. Por fim, a conclusão refere-se diretamente a uma consciência reflexiva, pois elege como foco de atenção não a experiência em si, mas a consciência do pesquisador da experiência de abuso. Os procedimentos reflexivos demonstraram em cada contexto (abuso, revelação e reações) a decodificação de um sentido através das reversões entre significantes e significados. Entretanto, a pesquisa fenomenológica requisitou, através da relação sinérgica, mais uma reflexão, que seguirá a mesma sequência dos três passos.

### **Descrição fenomenológica da experiência do abuso sexual**

Ao considerarmos os resultados obtidos na descrição, redução e interpretação do contexto da revelação junto com os outros contextos (abuso e reações) como a descrição atual da experiência do abuso sexual, partimos para um novo ciclo interpretativo. A descrição revelou, inicialmente, que o contexto da revelação é experienciado pelos meninos, no seu encontro com o mundo, como relações comunicativas que estabelecem consigo mesmo (intrapessoais) e com os outros (interpessoais), na forma de possibilidades expressivas e perceptivas: revelar ou não revelar o abuso. Indicou também que o contexto do abuso é experienciado pelos meninos na forma de prejuízos nas múltiplas relações afetivo-cognitivo-comportamentais que estabelecem com o mundo: prejuízos vivenciais (relação consigo mesmo) e prejuízos relacionais (relação com os outros). Finalmente revelou que o sentido do contexto de reações é experienciado pelos meninos na potencialização e atualização de uma relação abusiva com o mundo: consigo mesmo (revitimação) e com os outros (comportamento abusivo).

### **Redução fenomenológica da experiência do abuso sexual**

Se a descrição foi caracterizada como uma prerreflexão, a redução pode ser conceituada como uma consciência da experiência. A redução fenomenológica revelou a estrutura da experiência do abuso sexual para os meninos através do foco sobre os seus significantes, mas a compreensão da estrutura demandou a utilização de recursos teóricos da comunicologia (articulados como uma estrutura subjacente). A experiência de abuso decomposta artificialmente em diferentes contextos nos procedimentos reflexivos anteriores pode ser reconstituída com a ajuda de uma representação ou cartografia do sentido (Figura 1) [129]



- 
- A) prejuízos vivenciais e prejuízos relacionais; A') significante e significado  
 B) revelar e não revelar; B') expressão e percepção  
 C) revitimação e comportamento abusivo; C') experiência e consciência

Figura 1: Relação de sentido da experiência de abuso

A Figura 1 facilita a identificação das interações entre os contextos, suas estruturas significantes e estruturas teóricas em uma perspectiva da comunicologia. No contexto do abuso, o foco volta-se aos significantes (prejuízos vivenciais e relacionais), mas são expressos e percebidos na consciência enquanto as experiências de revelação e reações são contextos referenciais. No sistema de signos do contexto da revelação, elege-se o dilema revelar e não revelar como foco da consciência, mas são os prejuízos (vivenciais e relacionais) e as reações o seu substrato experiencial. No contexto das reações, os significantes, enquanto potencialidades de revitimação e comportamento abusivo são objetos da consciência do pesquisador, mas são os prejuízos e a revelação ou não que constituem o contexto experiencial do abuso para os meninos. O sentido da experiência de abuso é definido na intersecção dos seus contextos (sistemas de signos), isto é, nas articulações combinatórias de e entre os signos. [130]

### **Interpretação fenomenológica da experiência do abuso sexual**

A descrição como prerreflexão ofereceu um relato da experiência, enquanto a redução ofereceu uma especificação da experiência na consciência (uma experiência consciente), focalizando as interações entre os contextos significantes. Dessa forma, a interpretação poderia ser conceituada como uma consciência reflexiva, a consciência da experiência consciente, na verdade, uma tentativa de compreender as relações e situar o menino abusado no mundo.

A compreensão do sentido da experiência do abuso sexual assume maior relevância à medida que propõe novas formas de recolocar o ser-no-mundo. A interpretação refere-se então às possibilidades terapêuticas oferecidas aos meninos. Diversos artigos especificaram questões relacionadas ao tratamento (Black & DeBlassie, 1993; Briggs & Hawkins, 1996; Ligezinka, Firestone, Manion, McIntyre,

Ensom, & Wells, 1996; Vizard, Monck, & Misch, 1995). O argumento deste estudo é de que a comunicologia é uma possibilidade de compreensão da experiência do abuso sexual. Mas esta mesma teoria poderia também apresentar uma perspectiva terapêutica?

A resposta requer uma suspensão temporária das indicações de outros autores em relação ao tratamento. O foco passa então a ser exclusivamente a descrição e redução apresentadas anteriormente neste capítulo e a teoria da comunicologia. O modelo proposto (Figura 2) fundamenta-se parcialmente no modelo semiótico do discurso (Barthes, 1971), mas ao oferecer como segundo nível de comutação o sistema significado, ultrapassa o modelo semiótico e sua proposta de sistema significante.



Figura 2: Modelo semiótico da comunicação humana (Lanigan, 1988) [131]

O modelo apresenta três diferentes níveis referentes aos procedimentos reflexivos, conforme descreveu Lanigan (1988, pp. 173-174). Na descrição, o foco é a experiência, que consiste na dialética entre eu (self) e outros (others), onde a reflexão como função significante é reflexivamente a prerreflexão como função significada. No segundo nível (redução), a experiência é uma consciência do (significante) eu (significado) como uma reflexão; enquanto que no plano da prerreflexão, experiência é a consciência de (significante) um outro (significado) como requerido pela percepção do outro. Ao nível da interpretação focaliza-se a consciência ao situar o fenômeno no campo pré-consciente que é o signo (significante/significado) do eu na consciência como parte do pano de reflexão; reflexivamente, no plano da prerreflexão, focaliza-se o inconsciente como o signo (significante/significado) da consciência (significante) pelo qual um outro (significado) é percebido.

Adaptando este modelo aos diferentes contextos (as partes) da experiência de abuso sexual (o todo), obtiveram-se seis variações de acordo com a relação de significação apresentada na descrição. No sistema de signos do contexto do abuso, é possível conceituar os prejuízos vivenciais como significantes, enquanto os significados seriam os prejuízos relacionais. Observa-se que a reversão entre os

prejuízos também é realizável, explicando assim ao menos duas possibilidades de significação em cada contexto. A Figura 3 demonstra a aplicação do modelo da comunicologia no contexto do abuso.

	Se: Reflexão		So: Pré-Reflexão	
Expressão	Se (Significante) Prejuízo vivencial		So (Significado) Prejuízo relacional	
Percepção	Se Consciência (do)	So Eu	Se Consciência (do)	So Outro
Sentido	Se So Pré-consciente		Se So Inconsciente	

Figura 3: Modelo da experiência intracontextual do abuso sexual  
[Exemplo: contexto do abuso (sistema de signos); prejuízo vivencial (significante) ]

A expressão dos prejuízos vivenciais (experiência do eu; relação consigo mesmo) é experienciada no plano reflexivo, constituída pela consciência do eu ao nível da percepção, mas deriva de uma infraestrutura de sentido no campo pré-consciente que é o signo do eu na consciência. [132] No entanto, os prejuízos relacionais (experiência do outro; relação com o outro) encontram-se, ao nível da expressão no plano pré-reflexivo, constituídos pela consciência do outro, que deriva de uma infraestrutura de sentido no campo inconsciente que é o signo da consciência pelo qual o outro é percebido. A implicação terapêutica é diretamente transposta. É necessário abordar inicialmente o plano reflexivo, examinando com o menino sua percepção dos prejuízos vivenciais expressos, focalizando aspectos pré-conscientes (potencialmente conscientes) e discutindo ativamente formas de superação destes prejuízos. Em um segundo passo, aborda-se o plano prerrreflexivo, procurando esclarecer junto ao menino a expressão dos prejuízos nas suas relações com outras pessoas, aprofundando sua percepção consciente do outro na relação. O segundo passo pode ser caracterizado como o esforço de tomar consciência de uma experiência até então prerrreflexiva. O terceiro passo é focalizar as interações entre os dois planos, pois consiste em demonstrar que prejuízos vivenciais e prejuízos relacionais implicam-se mutuamente. O terceiro passo é uma tomada de consciência da experiência consciente, pois possibilita ao menino realmente dimensionar os prejuízos decorrentes do abuso. Observa-se que esta é apenas uma indicação de possibilidades, pois o exame detalhado de todas as variações foge à ambição do

presente estudo, mas é necessário ainda indicar que não é suficiente abordar separadamente cada contexto.

Adaptando este modelo à experiência (o todo) de abuso sexual constituída pelos seus diferentes contextos (as partes), obtiveram-se três variações de acordo com o contexto focado como significante, conforme indicado na redução. Focalizando o contexto de reações (função significante), os contextos de abuso e revelação passaram ao plano prerreflexivo (função significada), como demonstrado na Figura 4.

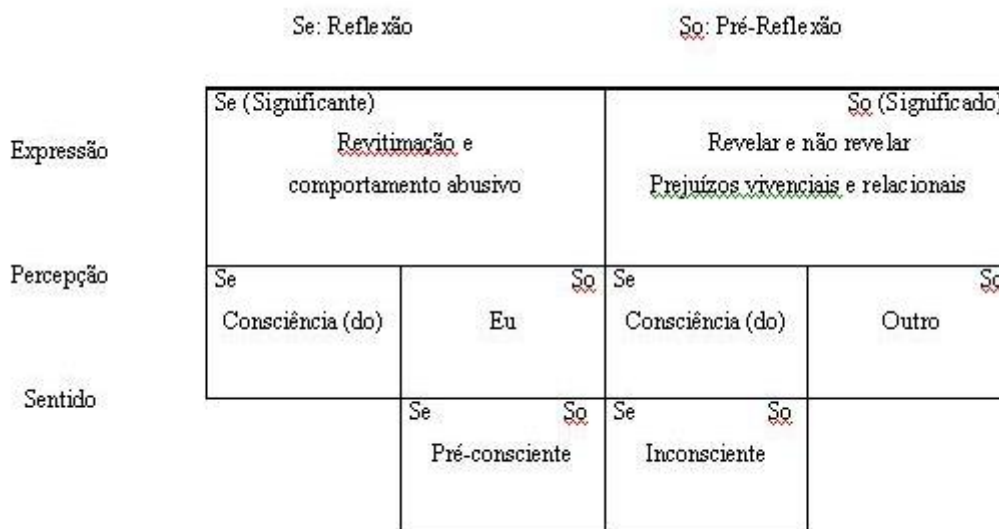


Figura 4: Modelo da experiência inter-contextual do abuso sexual

[Exemplo: contexto de reações (significante) ]

[133]

As relações de sentido, assim como as possibilidades terapêuticas, são múltiplas. As reações (revitimação e comportamento abusivo) manifestam-se (enquanto possibilidades expressivas) a partir da consciência do eu, enquanto os contextos de abuso (prejuízos) e revelação (revelar e não revelar) constituem-se no plano prerreflexivo como consciência (significante) do outro (significado). O primeiro passo reflexivo é abordar a percepção (consciência do eu) das reações experienciadas (experiência do eu), revelando também aspectos pré-conscientes. O segundo passo constitui-se na focalização da consciência do outro, referindo-se às experiências de revelação (relação comunicativa interpessoal) e prejuízos. A consciência reflexiva das interações entre os dois planos é o foco do terceiro passo. Discute-se ativamente com o menino a revitimação e o comportamento abusivo (mas também a confusão quanto à orientação sexual e o comportamento sexualizado) nas suas relações reversivas com os outros contextos.

Mesmo não sendo um exemplo de psicoterapia, a valorização do processo comunicativo nas entrevistas iniciais utilizadas neste estudo não deixou de ser, em um sentido amplo, terapêutica. O trecho abaixo apenas ilustra um desses momentos. O tema discutido com S1 era o bilhete enviado pela sua mãe; os comentários do pesquisador estão entre colchetes.

Caso 1: M1 (bilhete): "*Christian: O S1 conseguiu uma vaga na escola. Peço que você dê alguns conselhos para o S1 de como se portar na escola, com mais segurança e esperteza quanto ao perigo que o rodeia. Desculpa, mas a minha preocupação continua, quero que ele saiba se defender. Desculpa se te incomodo, mas desde já obrigado por tudo. M1.*"

[O sistema de signos expressado por M1 é ambíguo na definição de sentido, mas é claro em sua intenção como pedido de ajuda]

Pesq.: "*Então, o que tu entendeu deste bilhete que ela mandou?*"

[Explora-se a percepção de S1 sobre o conteúdo expresso no bilhete; qual é para S1 o sentido deste sistema de signos? ]

S1: "*Pra mim me defender na escola.*"

[Expressa a sua percepção]

Pesq.: "*Se defender do quê?*"

[Explora-se a percepção da experiência na consciência]

S1: (permanece em silêncio)

[Reflexão]

Pesq.: "*Do que tu acha que tu deveria se defender?*"

S1: "*Das brigas.*"

[Expressa o prejuízo relacional como significante; o sistema de signos referido é o contexto do abuso]

Pesq.: "*Das brigas... E o que tu acha que ela quer dizer com isso aqui: 'quanto ao perigo que o rodeia'? O que tu imagina que ela queira dizer com isso?*"

[Na percepção do pesquisador 'perigo que o rodeia' é o significado referente ao significante revitimação no outro sistema de signos que é o contexto de reações; questiona-se a percepção do sentido de S1 sobre a expressão de M1]

S1: "*Não sei.*"

[Para S1 o contexto do abuso ainda permanece em um nível prerrelexivo]

Pesq.: *"Tu não tem nem ideia ao que ela tá se referindo aqui? Por que tu trocaste de escola então, vamos ver..."*

[O pesquisador retorna ao contexto do abuso, focaliza-se a experiência do eu na qual o significante atual é o prejuízo vivencial, direcionando a questão para a consciência do eu que deriva de uma infraestrutura de sentido no campo pré-consciente]

S1: *"Porque aconteceu aquele fato."*

[Revela-se à consciência o sentido que estava pré-consciente: o prejuízo vivencial é o significante do sistema de signos do contexto do abuso]

Pesq.: *"Pois é, aquele fato no caso é o abuso sexual, né... E acho que ela continua com um certo medo, um medo assim de que isso possa acontecer de novo. Por isso que ela tá dizendo aqui: 'quanto ao perigo que o rodeia, minha preocupação continua, quero que ele saiba se defender'. Tu também tem esse medo de que possa acontecer isso de novo contigo?"*

[Reversão do contexto do abuso ao contexto de reações, no qual o significante é o medo de revitimação]

S1: *"Agora eu não tenho mais medo."*

[Superação do contexto de reações]

Pesq.: *"Não?"*

S1: *"Não."*

Pesq.: *"Como é que tá sendo a tua entrada nessa escola nova aí?"*

S1: *"Bom." (2053-2091)*

[Reversão do contexto de reações ao contexto do abuso: S1 não mais experiencia prejuízos vivenciais ou relacionais]

[135]

Através do exemplo foi possível identificar como o contexto comunicativo evoluiu de um sistema de signos ambíguo para um sistema de signos primário (contexto do abuso) e reversivamente para um outro sistema de signos secundário (contexto de reações). O questionamento inicial foi sobre o sentido da comunicação (bilhete) para S1 e a exploração da experiência consciente. Para S1, no nível do discurso, o significante é o prejuízo relacional e o significado é "brigas"; no nível intra-

contextual, o significante inicialmente continua sendo o prejuízo relacional enquanto o significado (prejuízo vivencial) permanece no plano prerreflexivo, mas reversivamente, prejuízo vivencial ("trocaste de escola" é o significado no nível do discurso) passa a ser o significante e reflexivamente prejuízo relacional passa a ser o significado; no nível intercontextual, o significante é o contexto do abuso e os significados são os contextos de reações e revelação. Para o pesquisador, "perigo que o rodeia" é o significado referente ao significante revitimação (nível discursivo); comportamento abusivo (significado potencial) refere-se à revitimação (significante potencial) no nível intercontextual, pois o contexto de reações é o sistema de signos referido; no nível intercontextual, reações potenciais (comportamento abusivo e revitimação) são significantes para o significado referido (contexto de revelação e abuso). Observa-se que a experiência comum a todos os níveis é a experiência de ter sofrido abuso sexual. É a partir desta experiência que o sentido se amplia e se revela tanto para o menino como para o pesquisador em cada movimento de reversão nas múltiplas possibilidades do discurso. O recurso terapêutico da comunicologia parece ser, antes de tudo, a sua capacidade de compreensão dos processos comunicativos inter e intrapessoais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo realizado demonstrou que foi possível, a partir da descrição da experiência do abuso sexual, definir a estrutura dessa experiência e revelar a relação de sentido que os meninos sexualmente abusados estabelecem consigo mesmos e com os outros. Essa revelação de sentido pode ser identificada em cada um dos diferentes contextos da experiência de abuso (sentido intercontextual), mas também pode ser percebida na apresentação da experiência como um todo constituído na interação das suas partes (sentido intercontextual). Demonstrou ainda que os meninos estabelecem uma relação abusiva com os outros, mas superou os próprios objetivos da pesquisa ao demonstrar que os meninos também apresentam a possibilidade de estabelecerem uma relação abusiva consigo mesmos, como na revitimação. Ao invés do conceito de um continuum de reações, os resultados demonstraram que o termo "possibilidades" é mais apropriado, pois os meninos não descreveram reações iniciais que se desenvolveram num crescente (resultando em comportamento abusivo), mas apresentaram diferentes perspectivas de reações, sendo que o comportamento abusivo e a revitimação foram algumas dessas possibilidades. [136] Em relação ao processo de revelação, identificou-se que, para os meninos e familiares, revelar ou não revelar o abuso para outra pessoa (expressão) relacionava-se com a avaliação (percepção) das consequências da revelação.

A conjugação da fenomenologia e da semiótica na perspectiva da comunicologia, mostrou-se uma metodologia rigorosa na pesquisa em psicologia. Ao preservar como referência os relatos originais dos meninos e das outras pessoas envolvidas ao longo de todos os procedimentos (data), permite que o argumento construído pelo pesquisador (capta) possa ser avaliado teórica e metodologicamente. Avalia-se, portanto, que a contribuição desta pesquisa pode ser identificada em dois



níveis: como um avanço no campo de estudo do abuso sexual e como uma contribuição para o próprio método. Entretanto, deficiências foram identificadas ao nível do delineamento. Salienta-se inicialmente que ao não analisar detalhadamente os outros contextos (individual, familiar e entrevista), o estudo ainda permanece distante de uma perspectiva ecológica na compreensão do abuso (Fontes, 1993b; Kotch et al., 1995). Ao utilizar uma metodologia qualitativa (que permitiu exatidão na descrição da experiência do abuso) os resultados não são preditivos nem generalizáveis a situações que outros meninos possam experimentar. Considerando os resultados obtidos, bem como as deficiências descritas acima, sugere-se que novas pesquisas possam incluir o aumento do tamanho da amostra e métodos quantitativos com o objetivo de verificar se os resultados podem ser generalizados. Esforços deveriam ser empreendidos na inclusão sistemática de outras dimensões de análise, como as influências familiares e sociais. Sugere-se ainda que os meninos devam ser acompanhados ao longo do seu desenvolvimento, na forma de um estudo longitudinal. Finalmente, a comunicologia esboçou uma possibilidade na compreensão da situação terapêutica, mas a sua aplicação, como um corpo teórico que possa fundamentar uma intervenção estruturada em psicoterapia com meninos sexualmente abusados, permanece reservada a estudos futuros.

---

#### Referências [137]

- Ablamowicz, A. (1992). Shame as an interpersonal dimension of communication among doctoral students: An empirical phenomenological study. *Journal of Phenomenological Psychology*, 23, 30-49.
- American Academy of Pediatrics. (1988). Rape and the adolescent. *Pediatrics*, 81, 595-597.
- Apel, K-O (1967). *Analytic philosophy of language and the Geisteswissenschaften*. Dordrecht: D. Reidel.
- Austin, J. L. (1962). *Quando dizer é fazer: Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barthes, R. (1971). *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix.
- Black, C. A., & DeBlassie, R. R. (1993). Sexual abuse in male children and adolescents: Indicators, effects, and treatments. *Adolescence*, 28, 123-133.
- Briere, J., & Runtz, M. (1989). University males sexual interest in children: Predicting potential indices of pedophilia in a nonforensic sample. *Child Abuse & Neglect*, 13, 65-75.
- Briggs, F., & Hawkins, R. M. F. (1996). A comparison of the childhood experiences of convicted male child molesters and men who were sexually abused in childhood and claimed to be nonoffenders. *Child Abuse & Neglect*, 20, 221-233.
- Browne, A., & Finkelhor, D. (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the research. *Psychological Bulletin*, 99, 66-77.
- Cantwell, H. B. (1988). Child sexual abuse: Very young perpetrators. *Child Abuse & Neglect*, 12, 579-582.
- Castor-Lewis, C. (1988). On doing research with adult incest survivors: Some initial thoughts and considerations. *Women & Therapy*, 7, 73-80.
- Cohen, C. (1993). *O incesto, um desejo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Davey, R. I., & Hill, J. (1995). A study of the variability of training and beliefs among professionals who interview children to investigate suspected sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 19, 933-942.

Davis, G. E., & Leitenberg, H. (1987). Adolescent sex offenders. *Psychological Bulletin*, 101, 417-427.

[138]

Ellis, P. L., Piersma, H. L., & Grayson, C. E., Jr. (1990). Interrupting the reenactment cycle: Psychotherapy of a sexually traumatized boy. *American Journal of Psychotherapy*, 44, 525-535.

Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18, 409-417.

Flores, R. Z., Eiman, D. M., Mattos, L. F. C., Martins, M. D. S., Graesse, M. E., Garcia, A. M. G., & Manente, M. (1992). Qual a frequência do incesto em nosso meio? *Anais do VII Encontro de Geneticistas do Rio Grande do Sul*. (pp. 26).

Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do RS*, 16, 158-167.

Flores, R. Z., Kristensen, C. H., & Salzano, F. M. (1998). Definir e medir o que são abusos sexuais. Em M. de F. Pinto Leal e M. A. César (Org.) *Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* (pp. 39-55). Brasília: Cese/Ministério da Justiça.

Fontes, L. A. (1993a). Disclosures of sexual abuse by Puerto Rican children: Oppression and cultural barriers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 2, 21-35.

Fontes, L. A. (1993b). Considering culture and oppression: Steps toward an ecology of sexual child abuse. *Journal of Feminist Family Therapy*, 5, 25-54.

Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar - Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Gilgun, J. F. (1991). Discovery-oriented, qualitative methods relevant to longitudinal research on child abuse and neglect. In R. H. Starr, Jr. & D. A. Wolfe (Eds.), *The effects of child abuse and neglect* (pp. 144-163). New York: Guilford Press.

Giorgi, A. (1975). An application of phenomenological method in psychology. Em A. Giorgi, C. Fischer & E. Murray (Eds.), *Duquesne studies in phenomenological psychology* (Vol. 2, pp. 82-103). Pittsburgh: Duquesne University Press.

Giorgi, A. (1985). Theoretical justification for the use of descriptions in psychological research. Em P. D. Ashworth, A. Giorgi & A. J. J. de Koning (Eds.) *Qualitative research in psychology* (pp. 3-22). Pittsburgh: Duquesne University Press.

Gomes, W. B. (1984). O que é fenomenologia semiótica? *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM*, 7, 225-243.

[139]

Gomes, W. B. (1987). As aplicações sociais da pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2, 3-12.

Gomes, W. B. (1989). O critério metodológico da fenomenologia estrutural na análise de depoimentos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 4, 98-102.

Gonsiorek, J. C. (1994). Historical and background perspectives on adolescent and male sexual abuse. In J. C. Gonsiorek, W. H. Bera, & D. LeTourneau (Eds.), *Male sexual abuse: A trilogy of intervention strategies* (pp. 3-20). Thousand Oaks: Sage.

Goodwin, J. M. (1990). Applying to adult incest victims what we have learned from victimized children. In R. P. Kluft (Ed.), *Incest-related syndromes of adult psychopathology* (pp. 55-74). Washington, DC: American Psychiatric Press.

Grice, H. P. (1967) *Meaning*. Em P. F. Strawson (Ed.) *Philosophical logic*. Londo: Oxford University Press.

Habermas J. (1987). *Teoría de la acción comunicativa* (M. J. Redondo, trad.) . Madrid: Taurus. (Publicado originalmente em 1981.)

- Heiman, M. (1992). Putting the puzzle together: Validating allegations of child sexual abuse. *Journal of Child Psychology, Psychiatry & Allied Disciplines*, 33, 311-329.
- Johnson, C. F. (1992). Abuso na infância e o psiquiatra infantil. In B. D Garfinkel, G. A. Carlson, & E. B. Weller (Eds.), *Transtornos psiquiátricos na infância e adolescência* (pp. 291-305). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Johnson, T. C. (1988). Child perpetrators - children who molest other children: Preliminary findings. *Child Abuse and Neglect*, 12, 219-229.
- Kalichman, S. C. (1993). *Mandated reporting of suspected child abuse: Ethics, law, & policy*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Katz, R. C. (1990). Psychological adjustment in adolescent child molesters. *Child Abuse & Neglect*, 14, 567-575.
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113, 164-180.
- King, M. B. (1992). Male sexual assault in the community. In G. C. Mezey & M. B. King (Eds.), *Male victims of sexual assault* (pp. 1-12). Oxford: Oxford University Press.
- Kirschner, S., Kirschner, D. A., & Rappaport, R. L. (1993). *Working with adult incest survivors: The healing journey*. New York: Brunner/Mazel.
- [140]
- Kotch, J. B., Browne, D. C., Ringwalt, C. L., Stewart, P. W., Ruina, E., Holt, K., Lowman, B., & Jung, J. W. (1995). Risk of child abuse or neglect in a cohort of low-income children. *Child Abuse & Neglect*, 19, 1115-1130.
- Kristensen, C. H. (1996). *Abuso sexual em meninos*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Kristensen, C. H., & Gomes, W. B. (1997). Meninos sexualmente vitimados: Um estudo fenomenológico. Resumos do 26º Congresso Internacional de Psicologia, São Paulo, 149-150.
- Kristensen, C. H., Oliveira, M. S., & Flores, R. Z. (2000). Violência contra crianças e adolescentes na Grande Porto Alegre: pode piorar? Em Amencar (Org.) *Violência Doméstica* (pp. 104-117). São Leopoldo: Amencar/Unicef.
- Kruger, D. (1981). *An introduction to phenomenological psychology*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Lanigan, R. L. (1988). *Phenomenology of communication: Merleau-Ponty's thematics in communicology and semiology*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Lanigan, R. L. (1992). *The human science of communicology: A phenomenology of discourse in Foucault and Merleau-Ponty*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Lanigan, R. L. (1994). Capta versus data: Method and evidence in communicology. *Human Studies*, 17, 109-130.
- Ligezinska, M., Firestone, P., Manion, I. G., McIntyre, J., Ensom, R., & Wells, G. (1996). Children's emotional and behavioral reactions following the disclosure of extrafamilial sexual abuse: Initial effects. *Child Abuse & Neglect*, 20, 111-125.
- Malchiodi, C. A. (1990). *Breaking the silence: Art therapy with children from violent homes*. New York: Brunner/Mazel.
- Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da percepção* (C. A. R. Moura, trad.). São Paulo: Martins Fontes (Originalmente publicado em 1945).
- Nöth, W. (1995). *Handbook of semiotics*. Bloomington: Indiana University Press.
- Pincus, L., & Dare, C. (1981). *Psicodinâmica da família*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Polkinghorne, D. E. (1989). Phenomenological research methods. In R. S. Valle & S. Halling (Eds.), *Existential-phenomenological perspectives in psychology: Exploring the breadth of human experience* (pp. 41-60). New York: Plenum Press.

[141]

Reinhart, M. A. (1987). Sexually abused boys. *Child Abuse & Neglect*, 11, 229-235.

Reiniger, A., Robison, E., & McHugh, M. (1995). Mandated training of professionals: A means for improving reporting of suspected child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 19, 63-69.

Rudin, M. M., Zalewski, C., & Bodmer-Turner, J. (1995). Characteristics of child sexual abuse victims according to perpetrator gender. *Child Abuse & Neglect*, 19, 963-973.

Sattler, M. K. (1992). Abuso sexual: Um assunto proibido. *Anais da VII Jornada da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul* (pp. 168-172). Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Saussure, F. (1969). *Curso de lingüística geral* (A. Chelini, J. P. Paes & I. Blikstein, trads.) (Originalmente publicado em 1916.).

Schetky, D. H. (1990). A review of the literature on the long-term effects of childhood sexual abuse. In R. P. Kluff (Ed.), *Incest-related syndromes of adult psychopathology* (pp. 35-54). Washington, DC: American Psychiatric Press.

Schultz, R. (1990). Secrets of adolescence: Incest and developmental fixations. In R. P. Kluff (Ed.), *Incest-related syndromes of adult psychopathology* (pp. 133-159). Washington, DC: American Psychiatric Press.

Searle, J. R. (1969). *Speech acts: An essay in the philosophy of mind*. New York: Cambridge University Press.

Sedlak, A. J., & Broadhurst, D. D. (1996). Executive summary of the Third National Incidence Study of Child Abuse and Neglect. Washington, DC: National Clearinghouse on Child Abuse and Neglect Information.

Seidel, J. V., Kjolseth, R., & Seymour, E. (1988). *The Ethnograph: A user's guide* (Version 3.0). Corvallis, OR: Qualis Research Associates.

Valle, R. S., King, M., & Halling, S. (1989). An introduction to existential-phenomenological thought in psychology. In R. S. Valle & S. Halling (Eds.), *Existential-phenomenological perspectives in psychology: Exploring the breadth of human experience* (pp. 3-16). New York: Plenum Press.

Vander Mey, B. J. (1988). The sexual victimization of male children: A review of previous research. *Child Abuse & Neglect*, 12, 61-72.

[142]

Vizard, E., Monck, E., & Misch, P. (1995). Child and adolescent sex abuse perpetrators: A review of the research literature. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 731-756.

Watkins, B., & Bentovim, A. (1992a). The sexual abuse of male children and adolescents: A review of current research. *Journal of Child Psychology, Psychiatry & Allied Disciplines*, 33, 197-248.

Watkins, B., & Bentovim, A. (1992b). Male children and adolescents as victims: A review of current knowledge. In G. C. Mezey & M. B. King (Eds.), *Male victims of sexual assault* (pp. 27-66). Oxford: Oxford University Press.

West, D. J. (1992). Homophobia: Covert and overt. In G. C. Mezey & M. B. King (Eds.), *Male victims of sexual assault* (pp. 13-26). Oxford: Oxford University Press.